natais, sendo adicionadas a estas, em 2021, as vacinas COVID-19. Essas vacinas são recomendadas e têm uma presença significativa nas diretrizes de assistência pré-natal, visando garantir a saúde e o bem-estar materno-fetal.

Objetivos: Caracterizar o status de imunização de gestantes acompanhadas pelo serviço de pré-natal de alto risco (PNAR) em uma cidade do interior da Bahia.

Métodos: Estudo retrospectivo de corte transversal realizado através da análise de 249 prontuários de pacientes atendidas no PNAR de uma Policlínica Regional de Saúde, entre 2018 e 2020. CAAE:44498221.0.0000.5577. Tabulação realizada no programa Microsoft Excel e análise estatística posterior, pelo Statistical Package for Social Sciences.

Resultados: Sobre a profilaxia do tétano, 40,8% (71/174) das pacientes atualizaram tanto a vacina dT quanto a dTpa, enquanto 53,4% (93/174) realizaram apenas a atualização com a vacina dTpa, pois já haviam completado o esquema dessa vacina nos últimos cinco anos. Por outro lado, 5,7% (10/174) das pacientes não realizaram a atualização vacinal para o tétano. Quanto à profilaxia da Hepatite B, 28,9% (72/183) das pacientes atualizaram seu cartão de vacinação durante o pré-natal, 31% (58/183) não necessitaram de atualização, pois já possuíam comprovação de esquema completo de vacinação ou apresentavam anticorpos para a Hepatite B (Anti-HBs positivo) e 28,9% (53/183) não realizaram a atualização do esquema de vacinação contra a Hepatite B durante o pré-natal. Constatou-se que 79% (143/181) das pacientes atualizaram sua caderneta de imunização com a vacina contra a Influenza durante o pré-natal, 5% (9/181) já haviam realizado a atualização vacinal antes do pré-natal e 16% (29/181) das pacientes não a fizeram durante a gestação.

Conclusão: Esses resultados evidenciam os diferentes índices de adesão às medidas de profilaxia vacinal entre as pacientes acompanhadas durante o pré-natal, fornecendo insights sobre a cobertura vacinal a necessidade de identificar fatores que possam interferir no sucesso do cumprimento do calendário de imunização das gestantes.

Palavras-chave: Assistência Pré-Natal Obstetrícia Calendário vacinal

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103089

COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE NO BRASIL DE 2023-2022

Karolayne Silva Souza*,
Maria Betânia Melo de Oliveira,
Milena Roberta Freire da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

Introdução: A poliomielite é uma doença viral aguda infecciosa e contagiosa ocasionada pelos enterovírus da família Picornaviridae, de modo que, pode ser transmitida por indivíduo a indivíduo e até mesmo através da via oral-fecal. Logo, a poliomielite pode gerar o comprometimento do sistema nervoso central do indivíduo, além de membros inferiores e superiores. É uma doença o qual decorre desde a antiguidade e considerada uma problemática de saúde pública, dos quais, a vacinação se tornou um dos principais pilares para a redução da morbimortalidade por poliomielite.

Objetivo: Abordar através de uma análise descritiva de dados sobre a cobertura vacinal de poliomielite no Brasil de 2013-2022.

Métodos: Foi realizado um estudo retrospectivo e quantitativo, com análise descritiva de dados sobre a cobertura vacinal de poliomielite, coletados no TABNET do Departamento de Informação e Informática do SUS (DATASUS), no período de 2013-2022. Dessa forma, além dos respectivos dados de cobertura vacinal, foram considerados dados de doses cálculos CV e regiões de imunização.

Resultados: Dentre os anos de 2013-2022 obteve-se uma média de 75,74% de cobertura vacinal de poliomielite no Brasil, obtendo-se uma totalidade de 21.926.119 doses cálculos CV. No que diz respeito as regiões do Brasil, a Região Sul e Sudeste conteve maior quantitativo de cobertura vacinal no mesmo período supracitado, com 79,78% e 79,49%, tendo a região Sudeste obtido 78,18%, Nordeste 73,43% e o Norte com a menor cobertura vacinal com respectivamente 65%. No período observado de 2013-2022 o ano de 2021 conteve menor cobertura vacinal de 60,50% e 2013 com 92,92%.

Conclusão: Conclui-se que a cobertura vacinal de poliomielite no Brasil está abaixo do esperado, tendo em vista, que se preconiza uma cobertura maior que 95%. Logo, é sugerido que uma das principais causas da variação percentual negativa de cobertura vacinal da poliomielite no Brasil seja ocasionado principalmente pela hesitação vacinal, sobretudo, nos últimos anos e pós COVID-19, o que resultou em maior vulnerabilidade a doenças infecciosas como a poliomielite na população.

Palavras-chave: Imunização Doença Infecciosa Poliomielite

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103090

CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EPÍTOPOS DAS PROTEÍNAS DA VACINA DTP PARA DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS BIOTECNOLÓGICOS

Flávio Rocha da Silva[a,*], Paloma Napoleão Pego[a], Sergian V. Cardozo[b], Larissa R. Gomes[a], Guilherme C. Lechuga[a], João P.R.S. Carvalho[a], Salvatore G. De-Simone[a]

[a] *Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ, Brasil;*
[b] *Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Duque de Caxias, RJ, Brasil*

Introdução: Dentre as doenças imunopreveníveis bacterianas estão a difteria, o tétano e a coqueluche, essas doenças mesmo com vacinas disponíveis pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) tem sido motivo de preocupação, destacase os movimentos antivacinas e queda na cobertura vacinal. No Brasil, 1,6 milhão de crianças não receberam nenhuma dose da vacina DTP, que previne contra difteria, tétano e coqueluche, entre 2019 e 2021. Levando assim a preocupação do aumento de casos dessas doenças, como destaque para a coqueluche, bem com a possibilidade da ressurgência da

difteria em nosso país, principalmente devido a baixa cobertura vacinal em algumas regiões e também agravado com a ocorrência de inúmeros casos na América Latina, como observado na Venezuela nos últimos anos.

Objetivo: Identificar os principais epítopos imuno dominantes das toxinas Pertussis, diftérica e tetânica contribuindo assim para o desenvolvimento de novos testes diagnósticos e o aperfeiçoamento de novos imunobiológicos.

Métodos: Foram realizadas análises de alta resolução dos epítopos lineares de células B das toxinas em estudos. Membrana de celulose através da síntese SPOT e sondados com soros de crianças vacinadas (DTP) foram posteriormente caracterizados e validados usando imunoensaios.

Resultados: Um conjunto de 43 epítopos lineares de células B reconhecidos pela IgG humana após a administração de uma vacina DTP em crianças foram identificados para a toxina tetânica, 20 epítopos foram reconhecidos para a toxina diftérica e 24 epítopos foram identificados para toxinas Pertussis.

Conclusão: Neste estudo identificamos todos os epítopos B lineares dos imunógenos das toxinas pertussis, diftérica e tetânica. A identificação e o mapeamentos dos epítopos poderão contribuir para o desenvolvimento de métodos de diagnósticos mais eficientes. Resultados desse trabalho também poderão contribuir para entendermos o processo de imunização e o aperfeiçoamento de imunobiológicos para que sejam mais eficientes e menos reatogências.

Palavras-chave: Vacinas Toxinas Coqueluche Difteria Tétano

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103091

CASOS CONFIRMADOS DE COQUELUCHE E COBERTURA VACINAL NO BRASIL EM UMA DÉCADA: SÉRIE TEMPORAL

Francisco Carlos Brilhante Neto[a,*],
Ana Clara Aragão Fernandes[a],
Ticianne Nunes de Miranda Bento[a],
Fátima Ayrine Pereira Lima[a],
Joice Raquel Urbano do Nascimento[a],
Luiza Barreto de Carvalho[b]

[a] *Universidade Potiguar (UnP), Belo Horizonte, MG, Brasil;*
[b] *Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Porto Seguro, BA, Brasil*

Introdução/Objetivo: Analisar o impacto da vacina adsorvida difteria, tétano e coqueluche (pertússis acelular) nos casos confirmados de coqueluche no Brasil.

Métodos: Estudo ecológico de série temporal realizado por meio de dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) provenientes do Sistema de Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS) nas regiões brasileiras entre 2012 a 2022. Os participantes foram brasileiros de ambos os sexos de 0 a 80 anos. As variáveis analisadas foram: faixa etária, coberturas vacinais por ano segundo região, casos confirmados de coqueluche. As variáveis foram analisadas por meio da estatística descritiva.

Resultados: Foram registrados um total de 31.149 casos confirmados de coqueluche. Houve variações no número de casos ao longo dos anos, com um pico de 8.498 casos em 2015. A Região Sudeste apresentou o maior número de casos, totalizando 12.806, seguida pela Região Nordeste (8.004) e Região Sul (6.353). A faixa etária mais afetada foi a de crianças menores de 1 ano, com 18.263 casos, seguida pela faixa etária de 1 a 4 anos, com 5.181 casos. Ao analisar as coberturas vacinais por região, observamos variações ao longo dos anos. Os anos com maior cobertura vacinal foram em 2013 (94,53%) e 2014 (90,93%), sendo que nesses anos também ocorreram altos números de casos de coqueluche.

Conclusão: A coqueluche continua sendo um desafio de saúde pública no Brasil, com variações no número de casos ao longo dos anos. Embora os anos com maior cobertura vacinal não tenham necessariamente correspondido aos anos com a maioria dos casos, a vacinação é fundamental para reduzir a incidência da doença. As faixas etárias mais afetadas corroboram com a literatura: crianças menores de 1 ano e crianças de 1 a 4 anos. É necessário fortalecer a vigilância epidemiológica e a qualidade dos dados notificados, visando a um melhor monitoramento e controle da coqueluche no país.

Palavras-chave: Vacinação Pertússis acelular Coqueluche Tétano Difteria

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103092

COBERTURA VACINAL EM CRIANÇAS ENTRE ZERO E 12 MESES NA ÚLTIMA DÉCADA NO TERRITÓRIO BAIANO

Ildete Silva Viana Neta[*], Erionayde Marinho Lucena, Ingred Bezerra Silva, Jadde Tavares Guimarães

União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), Lauro de Freitas, BA, Brasil

Introdução: A estratégia de vacinação da população entre zero e 12 meses, desenvolvida pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) é uma das intervenções de saúde pública mais bem-sucedidas relacionadas à redução da mortalidade infantil. Apesar disso, nos últimos anos, foi verificado o declínio da Cobertura Vacinal (CV) no País. É importante ressaltar que essa redução não ocorre de maneira homogênea no território nacional, o que leva a necessidade de promover este estudo, com a finalidade de conhecer a CV no estado da Bahia. Esse estudo objetiva avaliar a CV em crianças entre zero e 12 meses de idade, na Bahia, Brasil, no período de 2013 a 2022.

Métodos: Realizou-se um estudo ecológico de série temporal a partir dos dados do SI-PNI (Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações) sobre a evolução temporal da CV em crianças de até 12 meses de idade na Bahia. Foram coletadas as taxas de CV de todas as vacinas do Calendário Nacional de Imunização da população-alvo: BCG, Poliomielite, Meningococo C, Rotavírus Humano, Hepatite B, Pneumocócica, Penta e Febre Amarela. O cálculo de CV, adotado pelo SI-PNI/DataSUS, foi feito nesse conforme: CV= n° crianças com esquema básico completo na idade-alvo/ n° crianças de zero a 12 meses X 100.

Resultados: Observou-se que de 2013 a 2022 houve oscilação das coberturas vacinais de todos os imunógenos